



# CARTA DAS MULHERES E MULHERIDADES EM DEFESA DA DEMOCRACIA

## Aos(Às) candidatos(as) nas Eleições de 2026

*"Mulheres e mulheridades são como águas: quando se encontram, tornam-se mais fortes."*

No dia 28 de agosto de 2026, reuniram-se no auditório da ADUFPI mulheres e mulheridades de diferentes trajetórias, gerações e territórios, vindas da universidade, dos sindicatos e dos movimentos sociais, para refletir sobre uma questão fundamental: que democracia queremos construir e quais condições são necessárias para que as mulheres possam participar plenamente dessa democracia?

Entendemos que democracia não significa apenas o direito de escolher representantes. Significa poder viver sem medo; ter direitos reconhecidos e efetivados; trabalhar com dignidade; estudar; cuidar e ser cuidada; ter acesso à saúde e à proteção social; e participar da vida pública sem violência, assédio, discriminação, perseguição ou silenciamento.

Falamos a partir do Piauí e reconhecemos que não existe uma experiência única de ser mulher. Gênero, raça, classe, território, geração, deficiência, identidade e expressão de gênero, maternidade e diferentes condições materiais de vida atravessam nossas experiências e produzem possibilidades desiguais de acesso aos direitos e ao poder. Por isso, assumimos a interseccionalidade como princípio para pensar a democracia e orientar nossa ação política.



*Esta Carta dirige-se às candidatas e aos candidatos das eleições de 2026, aos partidos políticos e às futuras representações dos Poderes Executivo e Legislativo, nos âmbitos estadual e federal. Queremos que as questões aqui apresentadas sejam incorporadas aos programas, compromissos de governo e propostas parlamentares e, sobretudo, queremos saber quais compromissos concretos serão assumidos e quais recursos serão destinados à sua efetivação.*

***Mas esta Carta também se dirige a nós mesmas e às nossas organizações, como compromisso de transformar este encontro em formação, organização, solidariedade, estratégia e ação política permanente.***

## ***Democracia começa pelo direito à vida***

Não haverá democracia plena enquanto mulheres forem assassinadas por serem mulheres; enquanto precisarem viver com medo; enquanto forem assediadas nos espaços de trabalho, estudo, militância e participação política; enquanto a violência institucional e política de gênero for utilizada para silenciá-las ou afastá-las dos espaços de poder.

O feminicídio é a expressão mais extrema desses processos de violência, silenciamento e apagamento. Por isso, estabelecemos como prioridade o enfrentamento ao feminicídio e a todas as formas de violência contra as mulheres, com políticas permanentes de prevenção, proteção, acolhimento e responsabilização, o que exige fortalecimento das redes de atendimento, formação continuada dos agentes públicos, mecanismos efetivos de enfrentamento ao assédio e às violências institucional e política de gênero, e orçamento suficiente para assegurar sua efetividade.



## Nossas organizações precisam proteger as mulheres

A defesa das mulheres não pode depender de concordância política. Sindicatos, movimentos, partidos, universidades e organizações democráticas possuem responsabilidade na defesa das mulheres que integram seus espaços e, especialmente, daquelas que assumem responsabilidades de representação, direção e poder.

**Divergências políticas, ideológicas e partidárias fazem parte da democracia. Violência, assédio, perseguição, intimidação e desqualificação de mulheres não são divergências políticas e não podem ser naturalizados como instrumentos de disputa.**

Os sindicatos, em especial, precisam construir uma posição unificada de proteção às mulheres, independentemente de grupos, chapas ou correntes políticas. Não podemos admitir perseguição ou violência contra companheiras que assumiram cargos formais de representação sindical.

**Não podemos combater o machismo fora de nossas organizações e tolerá-lo dentro delas. Não podemos denunciar a violência quando atinge nossas aliadas e silenciar quando atinge mulheres das quais divergimos.**





## **Mulheres precisam estar onde as decisões são tomadas**

**As mulheres constituem a maioria do eleitorado, mas permanecem sub-representadas nos espaços de poder. E não basta ampliar numericamente essa presença. É necessário perguntar quais mulheres conseguem chegar aos espaços de decisão e quais continuam excluídas deles.**

Defendemos a ampliação da participação de mulheres negras, periféricas, trabalhadoras e pertencentes aos grupos historicamente sub-representados. Propomos construir redes permanentes para identificar, formar, apoiar e proteger lideranças femininas comprometidas com os direitos humanos e com as demandas das classes trabalhadoras.

Além disso, é fundamental reconhecer as barreiras enfrentadas pelas mulheres com deficiência, historicamente afastadas dos espaços de representação, direção e decisão. Garantir sua participação exige condições efetivas de acessibilidade física, comunicacional, informacional, tecnológica e atitudinal.

**É necessário também enfrentar rigorosamente a violência política de gênero e criar condições para que as mulheres possam chegar aos espaços de poder, permanecer neles e exercer suas funções com autonomia e segurança.**

## **Participar exige condições concretas**

**A participação política ocorre em condições profundamente desiguais. Trabalho, renda, responsabilidades familiares, maternidade e trabalho de cuidado interferem diretamente nas possibilidades de participação das mulheres em sindicatos, partidos, movimentos e organizações.**

*Democratizar a política exige democratizar as condições de participação. Defendemos políticas públicas de cuidado, ampliação de creches e serviços públicos, proteção social e atenção às mulheres responsáveis pelo cuidado de crianças, idosos e pessoas com deficiência, com especial atenção às mães atípicas.*

**Nossas próprias organizações precisam considerar horários, responsabilidades de cuidado, deslocamento, segurança e acolhimento para garantir condições efetivas de participação.**

## **Educação e letramento de gênero para enfrentar o machismo**

**O enfrentamento ao machismo não pode começar somente depois que a violência acontece. Precisamos transformar as condições sociais e culturais que produzem e naturalizam as desigualdades.**

**Defendemos um processo permanente de educação e letramento de gênero nas escolas, universidades, sindicatos, movimentos sociais, instituições públicas e organizações políticas.**

*Defendemos uma educação pública, gratuita, democrática e inclusiva, comprometida com os direitos humanos e com o enfrentamento ao machismo, ao racismo e às diferentes formas de discriminação. Isso exige formação permanente de professores, gestores, servidores públicos, dirigentes sindicais e demais agentes sociais.*



## **Trabalho, cuidado e saúde também são democracia**

*Defender a democracia significa defender a autonomia econômica das mulheres. Reivindicamos igualdade salarial, valorização profissional, condições dignas de trabalho e mecanismos concretos de enfrentamento às desigualdades de gênero e raça.*

**Não haverá igualdade enquanto o trabalho de cuidado permanecer distribuído de maneira profundamente desigual. O cuidado precisa ser reconhecido como responsabilidade social e objeto de políticas públicas.**

*Reafirmamos também a defesa do SUS e da saúde pública, universal, integral e humanizada, considerando as desigualdades territoriais, raciais, econômicas e sociais que condicionam o acesso das mulheres aos serviços.*

## **Formação política, organização e estratégia**

*Uma democracia viva necessita de mulheres politicamente organizadas. Defendemos processos permanentes de formação política das mulheres, articulando sindicatos, movimentos sociais, universidades, coletivos e organizações populares. Precisamos compreender as estruturas de poder, interpretar conjunturas, reconhecer correlações de forças e construir estratégias.*

**Não podemos permanecer apenas reagindo aos ataques. Precisamos construir capacidade de antecipação, iniciativa e ação política.**

*Isso exige superar ações fragmentadas e construir uma agenda sistemática e programática das mulheres piauienses, identificando prioridades e fortalecendo as convergências entre diferentes frentes de luta. Construir unidade não significa apagar nossas diferenças, e sim reconhecer aquilo que nos une*

## **Direitos precisam de orçamento e controle social**

**Nenhuma política será efetiva se permanecer apenas no plano das declarações.**

Reivindicamos recursos públicos específicos, suficientes e transparentes para políticas de enfrentamento à violência, igualdade de gênero e raça, educação, saúde, cuidado, proteção social, trabalho, autonomia econômica e participação política.

Os compromissos assumidos nas eleições precisam ser identificáveis no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual. Propomos, por isso, a constituição de um mecanismo permanente de monitoramento das políticas públicas para as mulheres, com participação de movimentos, sindicatos, universidades e coletivos, capaz de acompanhar compromissos, programas, legislação, orçamento e resultados

### **Nossos compromissos: da Carta à ação**

**Esta Carta não termina com sua entrega às candidaturas.**

Comprometemo-nos a manter viva a mobilização iniciada nesta Plenária; ampliar os processos de formação política e letramento de gênero; fortalecer redes de solidariedade e proteção; apoiar mulheres vítimas de perseguição e violência política; estimular novas lideranças; construir convergências entre movimentos e organizações; acompanhar as políticas públicas e ocupar cada vez mais os espaços nos quais as decisões são tomadas.

**Às candidatas, aos candidatos, aos partidos e às futuras representações políticas, reivindicamos compromissos concretos com: o enfrentamento ao feminicídio e às diferentes formas de violência contra as mulheres; o combate à violência política de gênero; a educação e o letramento de gênero; o enfrentamento ao machismo, ao racismo e às discriminações; a ampliação da participação política das mulheres, especialmente negras,**

periféricas e trabalhadoras; a igualdade salarial; o fortalecimento do SUS; as políticas públicas de cuidado e proteção social; orçamento específico para as políticas destinadas às mulheres; e mecanismos permanentes de participação e controle social.

Essas reivindicações dizem respeito à própria qualidade da democracia que queremos construir. Uma democracia que exclui, silencia, persegue ou violenta mulheres não pode ser plenamente democrática. Uma democracia na qual somos maioria entre quem vota, mas minoria entre quem decide, precisa avançar.

**Esta Carta é, portanto, reivindicação, compromisso e convocação.**

**Queremos transformar indignação em organização, organização em estratégia e estratégia em ação coletiva. Nada nos foi dado. Cada direito que hoje possuímos carrega a história das mulheres que lutaram antes de nós.**

E cada direito que ainda precisamos conquistar dependerá de nossa capacidade de continuar lutando juntas.

Queremos uma democracia na qual as mulheres não apenas votem, mas decidam; não apenas estejam presentes, mas exerçam poder; não apenas resistam às violências, mas possam viver livres delas.

Seguiremos formando, mobilizando, organizando, acompanhando, cobrando e ocupando.

**Porque mulheres e mulheridades são como as águas: podem nascer de fontes diferentes, percorrer caminhos distintos e atravessar territórios diversos, mas, quando se encontram, ganham força. E quando nossas águas se juntam, tornam-se correnteza. Viva a luta das mulheres! Viva a nossa luta! Viva a democracia!**

Teresina, 28 de agosto de 2026.

PLENÁRIA DAS MULHERES EM DEFESA DA DEMOCRACIA ADUFPI – Teresina, Piauí